

Demonstrações Contábeis Regulatórias

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2025

Índice

Demonstrações contábeis regulatórias

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo imobilizado

Veja as Notas 3.1 e 7 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial o montante de R\$ 215.583 mil relativo ao seu ativo imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos esse assunto como o principal assunto de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis regulatórias

A ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 05 de março de 2026.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Ativo Circulante		76.374	54.023
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	56.854	35.154
Investimentos Temporários	5	377	336
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	7.354	7.192
Serviços em Curso		1.612	2.334
Tributos Compensáveis		1.050	222
Dividendos a Receber		9.029	8.607
Outros Ativos Circulantes		98	178
Ativo Não Circulante		285.948	284.377
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	9.642	8.218
Depósitos Judiciais e Cauções		158	135
Outros Ativos Não Circulantes		299	299
Participações Societárias Permanentes	1	59.251	53.099
Imobilizado	7.1	215.583	221.557
Intangível	7.2	1.015	1.069
Total do Ativo		<u>362.322</u>	<u>338.400</u>

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo			
Passivo Circulante		42.924	23.885
Fornecedores		2.979	3.071
Debêntures	8	19.713	2.167
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.297	1.217
Tributos		15.091	13.778
Encargos Setoriais		3.469	3.302
Provisão para Compensação Ambiental		6	12
Outros Passivos Circulantes		369	338
Passivo Não Circulante		117.285	133.069
Debêntures	8	109.985	126.581
Encargos Setoriais		2.487	1.731
Provisão para Litígios		600	600
Outros Passivos Não Circulantes		4.213	4.157
Total do Passivo		160.209	156.954
Patrimônio Líquido			
Capital Social	10.1	340.078	340.078
Outros resultados abrangentes	10.3	(55)	(55)
Reserva de Lucros	10.2	219.966	192.173
Prejuízos Acumulados		(383.043)	(416.133)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		25.167	65.383
Total do Patrimônio Líquido		202.113	181.446
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		362.322	338.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		201.279	194.731
(-) Parcela Variável		(66)	(685)
Tributos			
PIS-PASEP		(1.309)	(1.262)
Cofins		(6.040)	(5.823)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.868)	(1.800)
Reserva Global de Reversão - RGR		(4.396)	(4.395)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(805)	(776)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	11	<u>186.795</u>	<u>179.990</u>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		<u>186.795</u>	<u>179.990</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	12	(9.552)	(9.245)
Material		(705)	(691)
Serviços de Terceiros		(2.972)	(2.802)
Arrendamento e Aluguéis		(865)	(782)
Seguros		(110)	(109)
Doações, Contribuições e Subvenções		(1.266)	(1.340)
Tributos		(189)	(92)
Depreciação e Amortização		(16.131)	(14.674)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		42	-
Resultado da Atividade		<u>155.047</u>	<u>150.255</u>
Equivalência Patrimonial	1	36.166	27.385
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(20.719)	(21.066)
Receitas Financeiras		6.141	4.110
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		<u>176.635</u>	<u>160.684</u>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	13	(12.265)	(11.897)
Resultado Líquido do Exercício		<u><u>164.370</u></u>	<u><u>148.787</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado Líquido do Exercício	164.370	148.787
Outros Resultados Abrangentes – Reserva de reavaliação	-	25
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>164.370</u>	<u>148.812</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Prejuízos Acumulados (*)	Outros Resultados Abrangentes	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial para Incentivos Fiscais			Reserva de reavaliação	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	340.078	68.016	98.092	34.848	(414.471)	(80)	126.483
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(34.848)	-	-	(34.848)
Reserva de Reavaliação (VNR)	-	-	-	-	-	24	24
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	148.787	-	148.787
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	26.065	-	(26.065)	-	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(59.000)	-	(59.000)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	65.383	(65.383)	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(1)	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	340.078	68.016	124.157	65.383	(416.133)	(55)	181.446
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(65.383)	-	-	(65.383)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	164.370	-	164.370
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	27.793	-	(27.793)	-	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(78.320)	-	(78.320)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	25.167	(25.167)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	340.078	68.016	151.950	25.167	(383.043)	(55)	202.113

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 15. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	164.370	148.787
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	2.995	142
Depreciação	13.136	14.532
Equivalência Patrimonial	(36.166)	(27.385)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12.265	11.897
Juros e Variações Monetárias	19.605	20.353
Provisões para compensação ambiental	(6)	(566)
Outros	276	306
	176.475	168.066
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(1.586)	(3.311)
Tributos Compensáveis	(2.283)	787
Outros	781	(13)
	(3.088)	(2.537)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	167	(542)
Fornecedores	(92)	269
Obrigações Sociais e Trabalhistas	80	41
Tributos	1.790	(146)
Outros	848	708
	2.793	330
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	176.180	165.859
Encargos de Dívidas Pagos	(18.502)	(22.169)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(11.288)	(11.910)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	146.390	131.780
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações de investimentos curto prazo	(41)	(36)
Resgates de investimentos curto prazo	-	8
Recebimento de dividendos	26.651	22.004
Imobilizado	(7.444)	(1.863)
Intangível	-	(12)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	19.166	20.101
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Debêntures captadas	29.847	46.719
Pagamento principal de debêntures	(30.000)	(126.530)
Pagamento de dividendos	(143.703)	(93.848)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(143.856)	(173.659)
Varição Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	21.700	(21.778)
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	35.154	56.932
No fim do exercício	56.854	35.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ENTE”) está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão

Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP	índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ENTE (*)	-	085/2002	30	2032	208.097	IGP-M	fev/05	Sim
EDTE (**)	50,10%	15/2016	30	2046	95.157	IPCA	jan/20	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481 de 15/07/2025.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 104.856 para EDTE.

Empresas	Investimento	Equivalência	Participação da Outorgada (em %)
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	33.466	4.846	18,45
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	35.765	12.210	38,02
EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (*)	(9.980)	19.110	50,10
	59.251	36.166	

Em 12 de fevereiro de 2005, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.1 Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 15, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 26 de março de 2026.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Ágio na aquisição de investimentos: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão.

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2022, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de janeiro de 2019.

3.2. Arrendamentos

A ENTE avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ENTE reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

3.3. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.5. Tributação

3.5.1 Reforma Tributária - Transição para o Novo Sistema Tributário Nacional (Emenda Constitucional nº 132/2023)

Contextualização

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil, estabelecendo o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) *Dual*. A implementação do novo regime ocorrerá de forma gradual, conforme disciplinado por Leis Complementares específicas já divulgadas, e outras que serão divulgadas ao longo do período de transição previsto na legislação.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

Nesse contexto, a Companhia estará sujeita à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre o consumo, com a unificação do PIS e da COFINS na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Os novos tributos incidirão, quando aplicável, sobre as operações de transmissão de energia elétrica destinadas a consumidores finais conectados ao sistema.

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu normas gerais aplicáveis à transição para o novo modelo, disciplinando aspectos operacionais da CBS e do IBS, critérios de repartição das receitas tributárias entre os entes federativos e promovendo alterações relevantes na tributação federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Período de Transição e Exercício de 2026

A partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia passou a integrar a fase de testes do novo sistema tributário, com a aplicação das alíquotas transitórias de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS. As alíquotas definitivas ainda não foram estabelecidas e serão fixadas por Lei Complementar específica ainda não publicada até a data de emissão destas demonstrações regulatórias.

De acordo com a legislação vigente, os valores apurados a título de IBS e CBS não serão financeiramente exigíveis no exercício de 2026 e, por consequência, não haverá impacto direto sobre a carga tributária efetiva ou sobre o resultado do período.

Entretanto, há obrigatoriedade de implementação do novo modelo, incluindo adequações relevantes nos sistemas de informação, na emissão de documentos fiscais e no cumprimento de obrigações acessórias, as quais vêm sendo conduzidas pela Administração ao longo do exercício.

Julgamentos, Estimativas e Incertezas

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da Reforma Tributária do consumo, em especial a definição das alíquotas definitivas do IBS e da CBS e seus potenciais efeitos sobre a formação de preços, a estrutura contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Diante da ausência de definição das alíquotas finais e da complexidade inerente ao período de transição, permanecem incertezas relevantes quanto aos impactos futuros sobre a carga tributária efetiva, os fluxos de caixa e os resultados da Companhia. Tais impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando houver maior grau de certeza quanto à sua ocorrência, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (IFRS/CPC)

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

3.5.2 Tributos sobre a receita

As receitas Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%.

3.5.3 Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e contribuição social Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

3.6.1. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

3.6.2. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7; aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026);
- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (aplicáveis para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição / linha devedora	31/12/2025		31/12/2024	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	56.854	56.854	35.154	35.154
Caixa e Equivalentes de Caixa	55	55	80	80
Aplicações Financeiras	56.799	56.799	35.074	35.074

5. Investimentos temporários

Em 31 de dezembro de 2025 a ENTE possui saldo de R\$377 referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,75% do CDI (R\$336 em 31 de dezembro de 2024 remunerado em média por 98,46% do CDI).

6. Concessionárias e Permissionárias

6.1. Composição das Contas a Receber

Descrição	Valores Correntes						Total 2025	Total 2024
	Corrente a vencer	Corrente vencida						
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias (*)		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.287	578	277	1.212	9.642	16.996	15.410	
Total	5.287	578	277	1.212	9.642	16.996	15.410	
						Circulante	7.354	7.192
						Não Circulante	9.642	8.218

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

7. Imobilizado e Intangível

7.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Imobilizado em Serviço										
Transmissão	460.645	-	(91)	667	-	461.221	576	(280.859)	180.362	192.805
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.853	-	-	-	-	1.853	-	(385)	1.468	1.530
Máquinas e Equipamentos	458.064	-	-	667	-	458.731	667	(280.009)	178.722	191.067
Veículos	655	-	(91)	-	-	564	(91)	(431)	133	165
Móveis e Utensílios	73	-	-	-	-	73	-	(34)	39	43
Administração	211	-	-	128	-	339	128	(202)	137	39
Máquinas e Equipamentos	132	-	-	128	-	260	128	(135)	125	24
Móveis e Utensílios	79	-	-	-	-	79	-	(67)	12	15
Subtotal	460.856	-	(91)	795	-	461.560	704	(281.061)	180.499	192.844
Ativo Imobilizado em Curso										
Transmissão	27.826	7.347	(275)	(667)	-	34.231	6.405	-	34.231	27.826
Máquinas e Equipamentos	4.018	-	(44)	(465)	359	3.868	(150)	-	3.868	4.018
Material em depósito	18.228	87	(231)	(38)	(359)	17.687	(541)	-	17.687	18.228
Outros	5.580	7.260	-	(164)	-	12.676	7.096	-	12.676	5.580
Administração	887	94	-	(128)	-	853	(34)	-	853	887
Máquinas e Equipamentos	868	94	-	(128)	-	834	(34)	-	834	868
Outros	19	-	-	-	-	19	-	-	19	19
Subtotal	28.713	7.441	(275)	(795)	-	35.084	6.371	-	35.084	28.713
Total do Ativo Imobilizado	489.569	7.441	(366)	-	-	496.644	7.075	(281.061)	215.583	221.557

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

7.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Intangível em Serviço										
Transmissão	1.076	-	-	-	-	1.076	-	(744)	332	385
Servidões	332	-	-	-	-	332	-	-	332	332
Softwares	744	-	-	-	-	744	-	(744)	-	53
Administração	1.091	-	-	6	-	1.097	6	(1.089)	8	2
Softwares	752	-	-	-	-	752	-	(752)	-	-
Outros	339	-	-	6	-	345	6	(337)	8	2
Subtotal	2.167	-	-	6	-	2.173	6	(1.833)	340	387
Ativo Intangível em Curso										
Transmissão	654	-	-	-	-	654	-	-	654	654
Servidões	396	-	-	-	-	396	-	-	396	396
Softwares	248	-	-	-	-	248	-	-	248	248
Outros	10	-	-	-	-	10	-	-	10	10
Administração	28	-	-	(6)	(1)	21	(7)	-	21	28
Softwares	18	-	-	-	(1)	17	(1)	-	17	18
Outros	10	-	-	(6)	-	4	(6)	-	4	10
Subtotal	682	-	-	(6)	(1)	675	(7)	-	675	682
Total do Ativo Intangível	2.849	-	-	-	(1)	2.848	(1)	(1.833)	1.015	1.069

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

7.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2025			31/12/2024
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		461.221	(280.859)	180.362	192.805
Custo Histórico	3,14%	461.223	(280.860)	180.364	192.806
Reavaliação	-27,01%	(2)	1	(2)	(1)
Administração		339	(202)	137	39
Custo Histórico	3,04%	339	(202)	137	39
		461.560	(281.061)	180.499	192.844
Em curso					
Transmissão	-	34.231	-	34.231	27.826
Administração	-	853	-	853	887
		35.084	-	35.084	28.713
		496.644	(281.061)	215.583	221.557

7.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	94	-	94
A Ratear	-	753	753
Desenvolvimento de Projetos	-	9	9
Material em Depósito	87	-	87
Adiantamentos a Fornecedores	6.498	-	6.498
Total das Adições	6.679	762	7.441

7.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

7.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
UNIDADE REMOTA DE COMANDO, ALARME - IED MODULAR SEL-AXION SCHWEITZER ENGINEERING LABORATORIES COMERCIAL LTDA SGPMR 748/2022	142
UNIDADE REMOTA DE COMANDO, ALARME - IED MODULAR SEL-AXION SCHWEITZER ENGINEERING LABORATORIES COMERCIAL LTDA SGPMR 748/2022	142
SWTICH SDN SEL-2740S SCHWEITZER ENGINEERING LABORATORIES COMERCIAL LTDA SGPMR 748/2022	125
MICROCOMPUTADOR - PLATAFORMA COMPUTACIONAL SEL-3350 SCHWEITZER ENGINEERING LABORATORIES COMERCIAL LTDA SGPMR 748/2022	119
MICROHMIMETRO DIGITAL MPK204E	79
UNIDADE DE BACKUP	71
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 15 3550	20
MICROCOMPUTADOR PORTIL DELL LATITUDE 14 3450	15
ROTEADOR AR6120	13
MULTIPLEX PDH - DM705 SUB MULTIPLEXADOR E1	13
	740

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

8. Debêntures

8.1. Abertura do Endividamento

Instituição / linha credora	31/12/2025				Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total				
Debêntures 5ª Emissão	-	2	3	5	Sim	mai/22	Não há	1,80% + CDI
Debêntures 6ª Emissão	495	16.598	33.258	50.351	Sim	dez/23	Não há	1,65% + CDI
Debêntures 7ª Emissão	2.084	(59)	46.846	48.871	Sim	set/24	Não há	0,89% + CDI
Debêntures 8ª Emissão	622	(29)	29.878	30.471	Sim	nov/25	Não há	0,47% + CDI
Total por Dívida	3.201	16.512	109.985	129.698				

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2027	2028	2029	2030	Total
Debêntures 5ª Emissão	02/01/2026	Semestral	02/01/2026	02/01/2026	4º e 5º ano	Bullet (final)	3	-	-	-	3
Debêntures 6ª Emissão	06/01/2026	Mensal	06/12/2026	06/12/2028	3º, 4º e 5º ano	Bullet (final)	16.618	16.641	(1)	-	33.258
Debêntures 7ª Emissão	16/03/2026	Semestral	16/03/2028	16/09/2029	4º e 5º ano	Bullet (final)	(66)	15.610	31.302	-	46.846
Debêntures 8ª Emissão	06/05/2026	Semestral	06/05/2029	06/11/2030	4º e 5º ano	Bullet (final)	(33)	(38)	14.964	14.985	29.878
Total por Dívida							16.522	32.213	46.265	14.985	109.985

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

31/12/2024

Instituição / linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Taxa a.a
Debêntures 5ª Emissão	547	(60)	29.939	30.426	Sim	mai/22	Não há	1,80% + CDI
Debêntures 6ª Emissão	411	(60)	49.856	50.207	Sim	dez/23	Não há	1,65% + CDI
Debêntures 7ª Emissão	1.383	(54)	46.786	48.115	Sim	set/24	Não há	0,89% + CDI
Total por Dívida	2.341	(174)	126.581	128.748				

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

Instituição / linha credora	Data Próximo Pgtto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2026	2027	2028	2029	Total
Debêntures 5ª Emissão	06/05/2025	Semestral	06/05/2026	06/05/2027	4º e 5º ano	Bullet (final)	14.954	14.985	-	-	29.939
Debêntures 6ª Emissão	06/01/2025	Mensal	06/12/2026	06/12/2028	3º, 4º e 5º ano	Bullet (final)	16.598	16.618	16.640	-	49.856
Debêntures 7ª Emissão	16/03/2025	Semestral	16/03/2028	16/09/2029	4º e 5º ano	Bullet (final)	(59)	(66)	15.610	31.301	46.786
Total por Dívida							31.493	31.537	32.250	31.301	126.581

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

Limite da dívida líquida em 31 de dezembro de 2025 (*)	ENTE
Debêntures 6ª emissão	885.784
Debêntures 7ª emissão	885.784
Debêntures 8ª emissão	885.784

A Administração da ENTE mantém o acompanhamento de todas as cláusulas de covenants definidas em contrato

8.2. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal LP	Total 2025	Total 2024
(+) Dívida Bruta	3.201	16.512	109.985	129.698	128.748
Debêntures. Moeda Nacional	3.201	16.512	109.985	129.698	128.748
(-) Ativos Financeiros	-	(57.231)	-	(57.231)	(35.490)
Alta Liquidez	-	(56.854)	-	(56.854)	(35.154)
Demais Aplicações Financeiras	-	(377)	-	(377)	(336)
(+) Dívida Líquida	3.201	(40.719)	109.985	72.467	93.258

9. Provisões para Litígios

Perda Provável

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante de R\$600 refere-se à uma causa trabalhista.

Perda possível

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada não possuíam demandas judiciais classificadas como perda "possível".

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

10. Patrimônio Líquido

10.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$340.078, representado por 100.840.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	50.431.150	50,01%	50,01%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	50.408.850	49,99%	49,99%
	100.840.000	100,00%	100,00%

10.2. Reservas de lucros

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	68.016	68.016
Reserva especial para incentivos fiscais	151.950	124.157
	219.966	192.173

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$68.016.

Reserva de incentivo fiscal: Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. Diante do exposto, a ENTE formalizou pedido junto à SUDAM e obteve deferimento da redução do imposto de renda em 75%. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$151.950 (R\$124.157 em 31 de dezembro de 2024).

10.3. Outros resultados abrangentes

Reserva de reavaliação: O saldo residual do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$142. O valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR, ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2021, para estes ativos é de R\$171. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em 2022 e depreciada de acordo com PRORET 9.2.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

11. Receita Operacional Bruta e Líquida

<u>Receita Líquida</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	201.279	194.731
(-) Parcela Variável	(66)	(685)
Programa de Integração Social - PIS	(1.309)	(1.262)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(6.040)	(5.823)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.868)	(1.800)
Reserva Global de Reversão - RGR	(4.396)	(4.395)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(805)	(776)
Total	<u>186.795</u>	<u>179.990</u>

11.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.481, de 15 de julho de 2025, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2025, cujo impacto tarifário para o ciclo 2025~2026 referente aos contratos reajustados pelo IGP-M foi de 7,02%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2024 e a próxima será em 1 de julho de 2029.

12. Pessoal e Administradores

<u>Pessoal e Administradores</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	6.784	6.678
Remuneração	3.421	3.416
Encargos	1.169	1.134
Previdência privada	134	126
Assistência médica	1185	1132
Despesas rescisórias	3	0
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	751	638
Outros	121	232
Administradores	2.768	2.567
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.844	1.787
Benefícios dos administradores	924	780
Total	<u>9.552</u>	<u>9.245</u>

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	176.635	160.684
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	60.056	54.633
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(12.296)	(9.311)
Incentivos fiscais	(27.712)	(26.064)
Despesas e Provisões Indedutíveis	531	371
Amortização e Depreciação	5.406	4.921
Receitas Regulatórias	(10.910)	(9.387)
Materiais	(160)	(706)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(1.325)	(1.325)
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(1.324)	(1.236)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	12.265	11.897
Taxa efetiva	6,94%	7,40%

14. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

15. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.854	-	56.854	35.154	-	35.154
Investimentos temporários (*)	377	-	377	336	-	336
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	7.354	-	7.354	7.192	-	7.192
Serviços em Curso	1.612	-	1.612	2.334	-	2.334
Ativo Contratual da Concessão	-	119.512	119.512	-	115.517	115.517
Tributos Compensáveis	1.050	-	1.050	222	-	222
Dividendos a Receber	9.029	-	9.029	8.607	-	8.607
Outros Ativos Circulantes	98	-	98	178	-	178
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	9.642	-	9.642	8.218	-	8.218
Depósitos Judiciais e Cauções	158	-	158	135	-	135
Ativo contratual da concessão	-	552.484	552.484	-	596.780	596.780
Outros Ativos Não Circulantes	299	-	299	299	-	299
Participações Societárias Permanentes (*)	59.251	181.910	241.161	53.099	170.044	223.143
Imobilizado	215.583	(214.441)	1.142	221.557	(220.362)	1.195
Intangível	1.015	5.094	6.109	1.069	5.853	6.922
Total do Ativo	362.322	644.559	1.006.881	338.400	667.832	1.006.232

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

31 de dezembro de 2025 e 2024

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	2.979	-	2.979	3.071	-	3.071
Debêntures e Arrendamento Mercantil	19.713	162	19.875	2.167	152	2.319
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.297	-	1.297	1.217	-	1.217
Tributos	15.091	-	15.091	13.778	-	13.778
Encargos Setoriais	3.469	-	3.469	3.302	-	3.302
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	7.948	7.948	-	7.682	7.682
Provisão para compensação ambiental	6	-	6	12	-	12
Outros Passivos Circulantes	369	(2)	367	338	(3)	335
Passivo Não Circulante						
Debêntures e Arrendamento Mercantil	109.985	25	110.010	126.581	158	126.739
Encargos Setoriais	2.487	-	2.487	1.731	-	1.731
Provisão para Litígios (*)	600	-	600	600	-	600
Provisão para compensação ambiental	-	-	-	-	-	-
Tributos Diferidos	-	216.077	216.077	-	203.973	203.973
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	37.251	37.251	-	39.686	39.686
Outros Passivos Não Circulantes	4.213	-	4.213	4.157	(4)	4.153
Total do Passivo	160.209	261.461	421.670	156.954	251.644	408.598
Patrimônio Líquido						
Capital Social	340.078	-	340.078	340.078	-	340.078
Outros resultados abrangentes	(55)	55	-	(55)	55	-
Reservas de Lucros	219.966	-	219.966	192.173	-	192.173
(Prejuízos) Acumulados	(383.043)	383.043	-	(416.133)	416.133	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	25.167	-	25.167	65.383	-	65.383
Total do Patrimônio Líquido	202.113	383.098	585.211	181.446	416.188	597.634
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	362.322	644.559	1.006.881	338.400	667.832	1.006.232

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, às seguintes contas: Investimento de curto prazo, Investimentos e Provisão para demandas judiciais, respectivamente.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	201.279	(201.279)	-	194.731	(194.731)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	77.964	77.964	-	75.396	75.396
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	8.920	8.920	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	74.094	74.094	-	111.083	111.083
(-) Parcela Variável	(66)	-	(66)	(685)	-	(685)
Tributos						
PIS-PASEP	(1.309)	171	(1.138)	(1.262)	54	(1.208)
COFINS	(6.040)	790	(5.250)	(5.823)	248	(5.575)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.868)	-	(1.868)	(1.800)	-	(1.800)
Reserva Global de Reversão – RGR	(4.396)	1.048	(3.348)	(4.395)	214	(4.181)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(805)	161	(644)	(776)	33	(743)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	186.795	(38.131)	148.664	179.990	(7.703)	172.287
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	186.795	(38.131)	148.664	179.990	(7.703)	172.287
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(9.552)	-	(9.552)	(9.245)	-	(9.245)
Material	(705)	(471)	(1.176)	(691)	(2.077)	(2.768)
Serviços de Terceiros	(2.972)	-	(2.972)	(2.802)	-	(2.802)
Arrendamento e Aluguéis	(865)	171	(694)	(782)	148	(634)
Seguros	(110)	-	(110)	(109)	-	(109)
Doações, Contribuições e Subvenções	(1.266)	-	(1.266)	(1.340)	-	(1.340)
Tributos	(189)	-	(189)	(92)	-	(92)
Depreciação e Amortização	(16.131)	15.902	(229)	(14.674)	14.474	(200)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	42	(42)	-	-	-	-
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	(7.310)	(7.310)	-	-	-
Resultado da Atividade	155.047	(29.881)	125.166	150.255	4.842	155.097
Equivalência Patrimonial	36.166	8.925	45.091	27.385	15.961	43.346
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(20.719)	(49)	(20.768)	(21.066)	(33)	(21.099)
Receitas Financeiras	6.141	20	6.161	4.110	-	4.110
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	176.635	(20.985)	155.650	160.684	20.770	181.454
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(12.265)	(12.105)	(24.370)	(11.897)	(19.109)	(31.006)
Resultado Líquido do Exercício	164.370	(33.090)	131.280	148.787	1.661	150.448

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

15.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

15.1.2. Ativo Contratual da Concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IGP-M e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

15.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

15.1.4. Arrendamentos

Os ajustes de arrendamento mercantil são relativos à adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias em “Arrendamento mercantil” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$187 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$152, líquidos de depreciação.

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 1º de janeiro de 2022 para bens não vinculados à concessão. No entanto, a administração optou por não aplicar seus efeitos, considerando que os custos da adoção superam os benefícios ao leitor, dado o impacto imaterial dos saldos de arrendamento não vinculados à concessão.

15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	585.211	597.634
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(599.210)	(620.203)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	35	42
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	216.077	203.973
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u><u>202.113</u></u>	<u><u>181.446</u></u>

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2025 e 2024

15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	131.280	150.448
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	22.003	(19.916)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(1.018)	(854)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	12.105	19.109
Lucro líquido regulatório	<u><u>164.370</u></u>	<u><u>148.787</u></u>